

REDEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE MORTE ENCEFÁLICA NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO EM CUIDADOS PALIATIVOS

DEBORAH POSTILIONI MOURÃO¹; JÚLIA PERES ÁVILA²; NATANIELE KMENTT DA SILVA³; RAYSSA DOS SANTOS MARQUES⁴; VANESSA PELLEGRINI FERNANDES⁵; FRANCIELE ROBERTA CORDEIRO⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – deborah_mourao@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – juu.peres11@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – nat.kmentt.s@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – rayssa-s-m@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – nessapfernandes@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – franciele.cordeiro@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Morte encefálica é a perda completa e irreversível de atividades do cérebro, com cessação das atividades corticais e do tronco encefálico. Se difere da morte clínica que é definida pela parada cardíaca (CFM, 2017; MACEDO, 2016). Em 2017, o Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017) redefiniu os critérios para determinação da morte encefálica por meio da Resolução 2.173/2017. No Brasil, e em outros países, a doação de órgãos e tecidos se torna possível, inicialmente, pela identificação de um potencial doador, a partir da suspeita de morte encefálica. Posteriormente, envolve a abordagem da família para convencê-la a autorizar a doação, até o transplante em si (MARCONDES, 2019).

Por se tratar de situação de terminalidade, é importante reconhecer que pacientes nessa situação estão expostos ao sofrimento, devido à degradação física e à perda da capacidade de relação com o mundo, ou seja, perda daquilo que os define como pessoas. A família também vivencia intenso sofrimento, em razão da perda de um de seus membros por uma morte que nem sempre é compreensível. Assim, ressalta-se a importância dos cuidados paliativos nesse cenário, tendo em vista que eles visam aliviar o sofrimento e proporcionar conforto a partir de uma abordagem holística (IAHPC, 2018).

Dito isto, identifica-se lacuna quanto à produção do conhecimento sobre morte encefálica, doação de órgãos e tecidos e cuidados paliativos. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar as perspectivas de atuação em cuidados paliativos a partir da (re)definição dos critérios de morte encefálica no Brasil.

2. METODOLOGIA

Revisão narrativa norteada pela questão: Quais as perspectivas de atuação em cuidados paliativos a partir da (re)definição dos critérios de morte encefálica no Brasil?. Para tal, foram consultadas a *Scientific Electronic library Online* (SciELO) e a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além de sites dos Conselhos Federal de Enfermagem e de Medicina. Nas bases, foi realizada à seguinte associação: morte encefálica AND cuidados paliativos OR enfermagem.

Os critérios de inclusão foram artigos originais, de reflexão ou revisão, teses, dissertações, escritos no idioma português ou espanhol, disponíveis online, publicados a partir de 2017. A delimitação temporal foi estabelecida com base nas Resoluções identificadas: Resolução CFM Nº 2.173/2017 que atualizou os

critérios de morte encefálica (CFM, 2017) e a Resolução COFEN Nº 611/2019, que normatiza a atuação dos profissionais de enfermagem no processo de doação de órgãos e tecidos para transplante (COFEN, 2019). Na SCIELO, de 28 artigos, nove foram considerados para análise. Na LILACS, de 78, 16 foram mantidos. Após eliminar os duplicados nas bases, e por efetivamente responderem a questão de pesquisa, 10 artigos constituíram o *corpus* da pesquisa, além das resoluções. Os dados foram extraídos no *Google Forms* e organizados no programa *Microsoft Excel*. Os referentes à caracterização foram analisados por frequência absoluta e porcentagem e os qualitativos por aproximação entre os temas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à caracterização dos 10 artigos, 80% utilizou a abordagem qualitativa e 20% a quantitativa, sendo que 50% eram artigos originais e 50% de revisão. Quanto aos anos das publicações, 50% foram publicados em 2019, 30% em 2020, 10% em 2017 e 10% em 2018. 70% dos estudos eram da área de Enfermagem e 30% da Medicina. No que diz respeito à técnica de coleta de dados, 50% dos estudos utilizaram entrevista. A Revista Brasileira de Terapia Intensiva e a Revista de Enfermagem Online, tiveram mais publicações, sendo duas em cada uma.

Três categorias foram construídas, a citar: questões éticas relacionadas à atuação dos profissionais da saúde, cuidados com o corpo da pessoa com morte encefálica e abordagem com a família.

Na primeira categoria, verificou-se que, embora a nova resolução de determinação de morte encefálica representa avanços na segurança deste diagnóstico (WESTPHAL *et al*, 2019), há carência de educação dos profissionais quanto à morte encefálica, principalmente médicos e enfermeiros, desde a formação até a atuação profissional (COSTA *et al*, 2017; MARCONDES *et al*, 2019; NETO *et al*, 2019). Além disso, os profissionais desconhecem os sinais de identificação do potencial doador, para poder iniciar o protocolo de diagnóstico de morte encefálica, inviabilizando, assim, ações para o conforto do paciente e seus familiares, e mesmo a manutenção dos órgãos (CESAR *et al*, 2020; COSTA *et al*, 2017; MAGALHÃES *et al*, 2019; MARCONDES *et al*, 2019; NETO *et al*, 2019). Nesse sentido, um dos princípios dos Cuidados Paliativos é: afirmar a vida e considerar a morte como um processo natural (IAHPC, 2018). Logo, às pessoas com morte encefálica e sua família, devem ser oferecidos cuidados paliativos, visando à dignidade e ao respeito em todas as fases da terminalidade, seja nos momentos finais de sua vida, durante e após o diagnóstico de morte encefálica, incluindo o acompanhamento no luto.

Na segunda categoria, identificou-se os cuidados com o corpo do paciente em morte encefálica, a fim de torná-lo potencial doador. Sendo indicado o controle de funções endócrino-metabólicas, vigilância hemodinâmica e cardiovascular, das funções ventilatórias, da coagulação, além de alterações inflamatórias e imunológicas (BARRETO *et al*, 2020; CESAR *et al*, 2020; MAGALHÃES *et al*, 2019). Resgata-se que cuidados paliativos podem ser oferecidos em conjunto com terapias específicas da doença (IAHPC, 2018). Dessa forma, eles podem ser fornecidos concomitantemente aos testes e cuidados para a manutenção do corpo, visando a redução do sofrimento, e por meio de estratégias de comunicação de más notícias com a família e com os profissionais que atuam na unidade de internação.

Por fim, na terceira categoria, constatou-se desconhecimento da família sobre o desejo da pessoa em doar ou não seus órgãos, insegurança advinda de crenças religiosas e receio pelo risco de tráfico de órgãos. Outrossim, um dos motivos da resistência familiar à doação de órgãos e tecidos é a falta de habilidade dos profissionais que realizam a entrevista com eles (CESAR *et al*, 2020; MAGALHÃES *et al*, 2019; MARCONDES *et al*, 2019; OLIVEIRA; JUNIOR, 2018; RIBEIRO *et al*, 2020; SANTOS *et al*, 2019). Identificou-se, ainda, que a abordagem com a família, acolhendo-a e informando-a sobre todas as etapas que envolvem a abertura de protocolo para diagnóstico de morte encefálica até a ocorrência ou não do processo de doação é responsabilidade de médicos e enfermeiros (CFM, 2017; COFEN, 2019).

Assim, oferecer suporte para os familiares durante a doença do paciente e também após o óbito é outro princípio dos cuidados paliativos (IAHPC, 2018). Essa abordagem pode favorecer o processo de doação, ao mesmo tempo em que permite acompanhar a família, resgatando crenças e valores da pessoa, de forma a personalizar os rituais de despedida.

4. CONCLUSÕES

Com este estudo foi possível identificar de que forma os princípios dos cuidados paliativos podem contribuir aos pacientes diagnosticados com morte encefálica, as equipes que prestam os cuidados e a família. Com essa abordagem é possível prestar apoio na comunicação, (re)organizar questões sociais, emocionais e econômicas que se modificam a partir da possibilidade e da ocorrência da morte.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, L.N. *et al*. Indicadores clínicos para o diagnóstico de enfermagem Síndrome do equilíbrio fisiológico prejudicado para doadores de órgãos. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2020.

CESAR, M.P. *et al*. Percepções e experiências de trabalhadores de enfermagem sobre o cuidado ao paciente em morte encefálica. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 33, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN 611/2019**. Atualiza a normatização referente à atuação da Equipe de Enfermagem no processo de doação de órgãos e tecidos para transplante, e dá outras providências. Brasília: COFEN, 2019. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-611-2019_72858.html>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM 2.173/2017**. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Brasília: CFM, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2173>>.

COSTA, I.F. *et al*. Fragilidades na atenção ao potencial doador de órgãos: percepção de enfermeiros. **Revista de Bioética**, Brasília, v. 25, n. 1, 2017.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HOSPICE AND PALLIATIVE CARE. **Global Consensus based palliative care definition**. (2018). Houston, TX:

IAHPC, 2018. Disponível em:

<<https://hospicecare.com/what-we-do/projects/consensus-based-definition-of-palliative-care/definition/>> . Acesso em 23 de setembro de 2020.

MAGALHÃES, A.L. et al. Gerência do cuidado de enfermagem ao paciente em morte encefálica. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v. 13, n. 4, p.1124-1132, 2019.

MARCONDES, C. et al. Abordagem familiar para doação de órgãos: percepção dos enfermeiros. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v.13, n.5, p.1253-1263, 2019.

NETO, J.A.; FERREIRA, R.E.; ASSAD, I.M; SANTOS, I.A.; SANTOS, J.L.; PAULA, L.C.; BREDER, S.D. Atualização dos critérios diagnósticos de morte encefálica: aplicação e capacitação dos médicos. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2019.

OLIVEIRA, M.J.; JUNIOR, S.I. O enfermeiro x potencial doador de órgãos: conceitos relacionados à religião. **Revista Nursing**, São Paulo, v.21, n.241, p.2218-2222, 2018.

RIBEIRO, K.R. et al. Morte encefálica e o processo de doação de órgãos: uma atenção ao familiar. **Revista Online de pesquisa: Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 190-196, 2020.

SANTOS, J.I. et al. Percepção de familiares sobre a doação de órgãos e tecidos. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v.13, n.3, p.578-586, 2019.

WESTPHAL, G.A; VEIGA, V.C.; FRANKE, C.A. Determinação da morte encefálica no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, V. 31, n. 3, 2019.